

DOI: <https://doi.org/10.23925/ddem.v.1.n.13.70179>

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

RESENHA DO LIVRO: ATITUDE SUSPEITA: A SELETIVIDADE NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E PODER JUDICIÁRIO NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO

BOOK REVIEW: SUSPICIOUS ATTITUDE: SELECTIVITY IN THE ACTIONS OF THE MILITARY POLICE AND THE JUDICIARY IN COMBATING DRUG TRAFFICKING

Paulo Afonso Tavares¹

RESUMO

A presente resenha, derivada do livro de Felipe Morais Barbosa, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2008) e especialista em Direito pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2011) e atualmente Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), na 3^a Vara Criminal de Trindade – Goiás, obra em que o autor faz uma ampla análise sobre a aplicação da lei no Brasil, com base no combate às drogas. Além de mencionar as prisões em flagrante que afetam a população e a segurança pública, essa obra, fruto de uma dissertação de mestrado de 2022 em Direito Constitucional do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), aponta como a polícia e o judiciário, em especial, direcionam suas ações para determinados grupos sociais, especialmente aqueles mais vulneráveis econômica e racialmente no estado de Goiás.

Palavras-chave: Seletividade Policial; Racismo; Desigualdade Social; Guerra às Drogas; Sistema Prisional; Reforma do Sistema de Justiça Criminal.

ABSTRACT

This review, based on the book by Felipe Morais Barbosa, a Bachelor of Laws from the Federal University of Juiz de Fora (2008) and specialist in Law from the Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2011), currently a Judge of Law at the Court of Justice of the State of Goiás (TJGO), in the 3rd Criminal Court of Trindade - Goiás, provides a broad analysis of the application of the law in Brazil, based on the fight against drugs. In addition to mentioning arrests in flagrante delicto that affect the population and public safety, this work, the result of a 2022 master's dissertation in Constitutional Law from the Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), points out how the police and the judiciary, in particular, direct their actions towards certain social groups, especially those most economically and racially vulnerable in the state of Goiás.

Keywords: Police Selectivity; Racism; Social Inequality; War on Drugs; Prison System; Criminal Justice System Reform.

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial e em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS). Mestrando em Direito Constitucional e Econômico pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (PUC Goiás) e Filosofia (Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG). jor.pauloafonso@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6950-6451>.

LIVRO

Atitude Suspeita: A seletividade na atuação da Polícia Militar e Poder Judiciário no combate ao narcotráfico.

Autor: BARBOSA, Felipe Morais

Editora: Dialética

1ª Edição, 2023, 244 páginas

RESENHA DO LIVRO: ATITUDE SUSPEITA: A SELETIVIDADE NA ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR E PODER JUDICIÁRIO NO COMBATE AO NARCOTRÁFICO

Considerando o tema do livro, que aborda a seletividade da Polícia Militar e do Poder Judiciário no combate ao narcotráfico, e a crítica à política de drogas no Brasil, podemos inferir alguns pontos que provavelmente são abordados no prefácio: Apresenta a problemática da guerra às drogas no Brasil e os seus impactos, especialmente nas comunidades mais vulneráveis (Barbosa, 2023).

Nessa temática, para Rodrigues (2012), discorre que nas primeiras décadas do século XX, foi construído um regime legal internacional voltado ao controle de drogas consideradas perigosas tanto à saúde individual e pública, quanto à ordem moral e social.

Para Barbosa (2023), a importância de analisar a atuação policial e judiciária de forma crítica introduz a tese central do livro, que é a denúncia da seletividade e do racismo presentes nas operações policiais e no sistema prisional.

Ainda no prefácio de sua obra, observa-se que "Atitude Suspeita" contextualiza a crise do sistema prisional brasileiro, fruto de uma política de drogas falida. O livro, trabalho de extensa pesquisa, desvela a seletividade da polícia e do judiciário, expondo como a cor da pele e a pobreza são fatores determinantes para o encarceramento em massa. O autor convida o leitor a refletir sobre a necessidade de uma profunda reforma no sistema de justiça criminal.

Além disso, a obra evidencia como o racismo e a desigualdade social são fatores determinantes para o encarceramento em massa no Brasil. Pessoas negras e pobres são mais suscetíveis a serem criminalizadas e presas, mesmo sem provas concretas.

Com base no conceito de igualdade, Machado (2010) destaca que o direito penal não defende a todos, bem como não é utilizado apenas contra ofensas a bens essenciais; ao contrário, pune de maneira desigual e de modo fragmentário. Essa crítica remete ao fato de que "o *status* de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos" e conclui que "o direito penal

não é menos desigual do que os outros ramos do direito burguês e que, contrariamente a toda aparência, é o direito desigual por excelência”.

Nesse contexto, faz-se uma análise sucinta dos capítulos do livro. O capítulo 1, referente à metodologia, aponta uma revisão da literatura com acervos nacional e internacional, relacionados a legislações, jurisprudência e dados quantitativos e qualitativos do estado de Goiás. A presente revisão se deu também por meio de livros, artigos, Constituição de 1988, Código Penal, entre outras legislações citadas ao longo do texto. Para os resultados quantitativos, foram levantados dados em sites governamentais como IBGE, DEPEN, ONU e IPEA.

Adentrando o capítulo 2, acerca das drogas e da segurança pública, aqui se faz uma crítica à guerra às drogas, evidenciada pelo autor Barbosa (2023), o qual questiona a eficácia da política de drogas no Brasil, argumentando que ela não combate o crime organizado, mas sim criminaliza e encarcela milhões de pessoas, principalmente jovens negros e pobres. Aqui é colacionada, mais uma vez, a temática da seletividade na atuação da Polícia Militar e do Poder Judiciário no combate ao narcotráfico.

Os dados acerca da criminalização das drogas trouxeram marcos a nível internacional e nacional e fazem com que essa temática seja importante nos discursos de política frente às drogas no Brasil, seja por meio do aspecto seletivo da população periférica no país ou dando ênfase na população negra (Figueiredo, 2019).

A obra aqui em análise argumenta que “os moradores das periferias são afetados pelo atributo repressor e conflitos entre facções e policiais, recorrentes da ilegalidade do comércio das drogas” (Figueiredo, 2019, p. 12).

Partindo para o capítulo 3, “Tráfico de drogas x Inviabilidade de domicílio”, são apresentados os impactos sociais, nos quais Barbosa discute as consequências sociais da guerra às drogas, como o aumento da violência, a superlotação dos presídios e a fragilização dos direitos humanos.

Para Custódio (2022), desde sua origem, o sistema prisional brasileiro é afetado por percalços sociais e econômicos, agravados atualmente pelo sucateamento das unidades prisionais, pela exacerbação da criminalidade da pobreza, a violação de direitos humanos e os (des)serviços explícitos no sistema prisional.

Por essas razões, é importante compreender que o livro de Barbosa (2023) aponta as implicações e desafios enfrentados pelas autoridades e os reflexos causados na vida dos sujeitos

em privação de liberdade, no intuito de contribuir para um exercício profissional crítico da profissão e buscar intervenções acertadas e efetivas.

Nesse contexto, analisando o capítulo 4, são apresentados dados sobre Goiás, nos quais se observa a análise da seletividade policial e judiciária no combate ao narcotráfico nesse estado. O livro apresenta dados significativos do estado de Goiás, como o número de prisões por tráfico de drogas, as características sociodemográficas dos presos, as justificativas para as prisões e as decisões judiciais.

Considerando os problemas de segurança que o Brasil tem enfrentado, com especulações acerca do índice de reincidência criminal por falta de dados empíricos, compreender as formas que o Estado tem utilizado para construir estratégias de reintegração social dos indivíduos que vivenciam a situação de cárcere faz-se necessário (Cabral, 2014). Neste sentido o livro engloba debates e construções em diferentes áreas, já que, socialmente, abarca a ciência interdisciplinar, possibilitando recortes oriundos da sociologia da violência, da criminologia, da educação e dos direitos humanos.

Para Cabral (2014), embora o discurso construído com relação ao sistema penitenciário reivindique a presença de atividades educacionais e laborativas, em prol da ideia de reintegração, observa-se que as ações de reintegração social, no período analisado, não correspondem a um índice expressivo frente à gravidade da problemática abordada.

A consequência recai sobre o Estado quando este não se responsabiliza por implementar programas que realmente tenham impacto sobre a população prisional e que se iniciem durante a execução da pena (com melhora do ambiente penitenciário, políticas educacionais, políticas em saúde e laborais), além de alcançarem aqueles privados de liberdade, propondo políticas que construam uma ponte de comunicação entre a sociedade e o universo prisional, como partes integrantes de uma sociedade que dialoga na construção de propostas que amenizem as diversidades (Cabral, 2014).

Por fim, o capítulo 5 explora as consequências da seletividade policial e judiciária de forma mais ampla, como o impacto na ressocialização dos presos, a fragilização do tecido social e a perpetuação do ciclo da violência. A obra apresenta propostas concretas para reduzir a seletividade e garantir um sistema de justiça criminal mais justo e equitativo.

Nessas propostas, evidenciar-se-á a maneira como o Direito Penal aborda a temática do medo, trazendo o Estado como solução para as questões de segurança pública, quando associados aos problemas sociais de condutas criminosas (Riboli, 2015). Por fim, a obra faz

uma constatação frente à política criminal brasileira, bem como seus efeitos no âmbito Legislativo, quando da confecção de leis.

Conclui-se que as desigualdades do sistema de justiça criminal brasileiro e os impactos da guerra às drogas na vida de milhares de pessoas demonstram uma reflexão que leva à discussão sobre uma reforma profunda no sistema penal e de políticas públicas que combatam as causas da violência e da criminalidade no país.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Felipe Moraes. **Atitude suspeita: a seletividade na atuação da Polícia Militar e Poder Judiciário no combate ao narcotráfico**. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

CABRAL, Ruth do Prado. **Reintegração Social em Goiás: O Perfil do Apenado e a Atuação do Patronato em prol do Egresso**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 112. 2014.

CUSTÓDIO, Vicente de Paula. **Sistema Prisional Brasileiro: precarização e desafios do trabalho do Assistente Social em busca da ressocialização e garantia dos direitos de pessoas privadas de liberdade**. 2022. 60 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022.

FIGUEIREDO, Larissa Côgo. **Poder paralelo: consequências socioeconômicas da criminalização da maconha no Brasil**. 2019. 47 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.

MACHADO, Nara Borgo Cypriano. Usuário ou traficante? A seletividade penal na nova lei de drogas. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3836.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2025.

RIBOLI, Eduardo Bolsoni. **O discurso do medo e a sua incidência na política criminal Brasileira**. Monografia (Especialização em Direito Penal e Política Criminal: Sistema Constitucional e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 68. 2015.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: vício de guerra. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, jun. 2012. Disponível em: <https://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=601&sid=114>. Acesso em: 31 jan. 2025.

